

# Adur informa



## Informe da ADUR-RJ

Reafirmamos que a ADUR-RJ está no mesmo movimento dos Servidores Públicos Federais (como FASUBRA/SINTUR e outros). Temos discutido e participado de atos públicos conjuntos, conforme divulgamos nos últimos números do ADUR Informa.

Reforçamos, mais uma vez, que a ADUR-RJ respeita a dinâmica dos diversos segmentos dos Servidores Públicos Federais e estará sempre solidária a eles.

No entanto, pela dinâmica própria da ADUR-RJ e do ANDES-SN, não temos, neste momento, nem indicativo nem mobilização para a greve.

Neste sentido, informamos que os professores continuarão desenvolvendo suas atividades, desde que as condições mínimas de funcionamento acadêmico sejam atendidas.

ADUR-RJ S. Sind.

**Jurídico libera lista de professores contemplados pela ação dos 3,17%**  
**Página 7**

## ADUR-RJ participa de Seminário do ANDES-SN e discute *as novas faces da Reforma Universitária*



### Representante do MEC afirma que quem quer fazer a Reforma na Universidade é a ANDIFES

O ANDES-SN e a ADUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília) organizaram o seminário “As novas faces da reforma universitária”, nos dias 14 e 15, na UnB/Brasília. As palestras abordaram temas como Universidade Nova, REUNI, professor equivalente, educação a distância e o IFET.

Os presentes discutiram ainda sobre a autonomia e o financiamento da educação superior. Representantes do ANDES-SN e da ADUnB, do Ministério da Educação e da ANDIFES foram os palestrantes do evento. O Prof. Delson Lima Filho, Diretor da ADUR-RJ, representou a Associação durante os dois dias de atividades.

*Leia na páginas 5 e 6*

***Debate sobre a Reforma Universitária***  
***Dia 11/07/07 (quarta-feira), às 9h, no Gustavão***  
**Como o REUNI e o Professor Equivalente, se aprovados pela comunidade universitária e implementadas pela UFRRJ, podem interferir na SUA VIDA?**

# O PAC e a questão dos servidores públicos: nota técnica do DIEESE esclarece porque o Programa de Aceleração do Crescimento é prejudicial para os trabalhadores

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) produziu um documento, que esclarece porque o Programa de Aceleração do Crescimento é prejudicial aos trabalhadores, principalmente no que se refere ao salário mínimo, ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), à previdência social e à remuneração dos servidores públicos federais.

O *ADUR Informa* teve acesso ao documento – chamado “O PAC e a questão dos servidores: Projeto de Lei Complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Limite dos Gastos com pessoal do setor público)” – e, julgando seu teor relevante, apresenta os resultados da pesquisa elaborada pelo DIEESE.

## O PAC e o congelamento salarial da próxima década

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um conjunto de 37 medidas que visam a elevação das taxas econômicas do país em 5% ao ano, a partir do estímulo ao financiamento e ao crédito, da desoneração e do aperfeiçoamento do sistema tributário e da adoção de medidas fiscais de longo prazo.

Um dos muitos itens controversos do PAC é o Projeto de Lei (PLP 01/2007) que propõe fixar, para o período de 10 anos (2007 a 2016), a nova limitação de despesas de pessoal para cada esfera de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) e órgão da União, além dos limites já estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Tal limitação consiste em só permitir o acréscimo, à despesa de pessoal do ano anterior, da variação acumulada da inflação mais 1,5%\*. Esta limitação se refere a TODA A DESPESA DE PESSOAL, NÃO SE APLICANDO AOS TRABALHADORES INDIVIDUALMENTE.

## ImPACTos financeiros

De acordo com o documento elaborado pelo DIEESE, a meta estabelecida pelo governo com o Programa de Aceleração do Crescimento, em relação à Despesa de Pessoal da União, é alcançar, em 2010, um valor equivalente a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse caso, tal sinalização representará o MAIS BAIXO PATAMAR REGISTRADO AO LONGO DO PERÍODO DE 1999 a 2010.



EM BRASÍLIA, REPRESENTANTES DO ANDES-SN PARTICIPARAM DA MANIFESTAÇÃO DO DIA 23 DE MAIO. NA OCASIÃO, SERVIDORES PÚBLICOS PROTESTARAM, EM TODO O PAÍS, CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DO GOVERNO LULA, INCLUINDO O PAC.

O documento revela ainda que, a média projetada para o período de 2007 a 2010 é de uma despesa de pessoal da ordem de 5% do PIB, próxima à média verificada entre 2003 a 2006 (4,9%).

No entanto, este percentual fica abaixo da média registrada no intervalo de 1999 a 2002 (5,23%), que representou um momento em que os servidores tiveram muitas dificuldades quanto à concessão de reajustes pelo governo federal.

\* O DIEESE esclarece que este índice deve ser acrescido ainda do valor liquidado no ano anterior, a título de despesas de pessoal, a correção pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou o que venha a substituí-lo, verificado no período entre abril de um ano e março do ano imediatamente anterior, mais cerca de 1,5%.

## Expediente

*Adur Informa* é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). CEP: 23.851-970 – Caixa Postal: 74.537  
Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464. E-mails: [adurrij@adur-rj.org.br](mailto:adurrij@adur-rj.org.br) ou [imprensa@adur-rj.org.br](mailto:imprensa@adur-rj.org.br). Conselho Editorial: Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. Redação e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. Tiragem: 2 mil exemplares

## Conseqüências do PLP 01/2007

Estas medidas restritivas do gasto com pessoal têm implicações para o funcionalismo público federal que merecem ser destacadas:

- As estimativas são de que as despesas de pessoal têm, hoje, um crescimento vegetativo da ordem de 1,5%, decorrente da progressão nos planos de carreira e do pagamento de adicionais por tempo de serviço (anuênios), entre outras verbas salariais. Assim, a proposta de crescimento da folha em 1,5% acima da inflação pode, na melhor das hipóteses, significar a mera manutenção da situação atual.
- Tal medida inviabiliza a recuperação das perdas passadas, tanto do primeiro mandato do atual governo, como, ainda, no governo anterior.
- Nota-se que tal limitação refere-se a toda a despesa de pessoal, não se aplicando aos trabalhadores individualmente. Deste modo, pode-se supor a ocorrência de aplicação diferenciada dos recursos previstos neste dispositivo, segundo grupos e áreas do funcionalismo.
- **Da mesma forma, a margem para a realização de despesas com novos Planos de Cargos e Salários, bem como para a contratação de novos servidores, ficará comprometida.**
- Segundo o próprio governo, com a diminuição da margem de negociação, as categorias que tiveram recuperação salarial no atual governo podem ter menos que a inflação ou nenhum reajuste daqui para frente.
- Segundo informações da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, em 2007 estavam previstas 28,7 mil novas vagas. Destas, 13,5 mil seriam para substituir terceirizados, que, no caso, fazem parte da exceção do limite. As outras 15,2 mil novas vagas estariam, dessa forma, comprometidas, pois teriam que se ajustar à regra de limite. Sendo assim, pode ocorrer que o governo tenha que escolher entre aumentar salários ou fazer contratações.
- Não se deve descartar a hipótese de que medidas semelhantes sejam adotadas por estados e municípios.
- **A proposta de Projeto de Lei, pela limitação que impõe e a forma como é apresentada, restringe significativamente o papel da Mesa Nacional de Negociação, que foi uma experiência desenvolvida no primeiro mandato do governo.**

Charge: Ricardo Borges, ANDES-SN



**Você sabia que o piso salarial dos docentes das Universidades Federais é de apenas R\$147,40?**

**Você sabia que o PAC, programa que atinge todos os trabalhadores, não determina elevação de financiamentos para as Instituições de Ensino Superior, mas somente a redistribuição dos parques recursos já existentes?**

\*\*\*

**Você sabia que a malha salarial dos docentes das IFES vem diminuindo constantemente desde maio de 1987?**

### Considerações finais: é hora de somar esforços contra o PAC

- Diferentemente das medidas para o salário mínimo e para a atualização da tabela do Imposto de Renda, que também têm parâmetros previamente fixados, **esta proposta do limitador das despesas de pessoal dos três poderes da União não foi objeto de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores.** A adoção do limitador deixou de lado o diálogo e as negociações desenvolvidas na Mesa Nacional de Negociação Permanente.
- **Os reajustes salariais não deverão ser lineares**, mesmo porque, o governo alega que irá manter a postura de negociar separadamente com cada categoria, o que pode estimular a disputa por recursos entre as categorias e trazer, assim, novos obstáculos para negociações conjuntas de reajuste.
- Se o PAC representa a retomada da iniciativa de desenvolvimento pelo Estado, e, por conseguinte, requer pessoal qualificado para implementá-lo em seus diversos níveis, ao propor o limitador, ele **cria restrições para o fortalecimento do próprio Estado, praticamente impedindo a valorização do atual quadro do funcionalismo e engessando novas contratações.** Alguns exemplos concretos ajudam a ilustrar este argumento, uma vez que, se o PAC almeja promover obras como hidrelétricas, será preciso aumentar a contratação em órgãos como o Ibama; se pretende aumentar o emprego em áreas como a construção civil, haverá necessidade de aumentar o número de fiscais do Ministério do Trabalho, entre outros.
- O limitador acaba por criar parâmetro para as três esferas de governo (executivo, judiciário e legislativo) e provavelmente será seguido pelos demais níveis de governo (estadual e municipal), sem qualquer negociação prévia com as partes envolvidas.

*O documento do DIEESE está disponível no site da ADUR-RJ, no endereço [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)*

# ANDES-SN entregou proposta de tabela salarial ao secretário Ronaldo Mota, do MEC

Em junho, representantes do ANDES-SN entregaram ao secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, a proposta de tabela salarial aprovada na última reunião do Setor das IFES. A proposta prevê a adoção de uma política salarial que incorpore as gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995. Mota ouviu os dirigentes do Sindicato Nacional e disse que constituirá uma comissão para estudar o documento apresentado pelo ANDES-SN.

Pela proposta do Sindicato Nacional, a remuneração total do Auxiliar I, graduação, 20 horas, passa a ser o vencimento para a recomposição das malhas salariais das carreiras de 1º, 2º e 3º grau e são consideradas incorporadas a VPI e as gratificações (GAE, GED e GEAD), com suas respectivas extinções. Para a montagem das malhas, o Sindicato propõe a aplicação da estrutura vigente em janeiro de 1995, com os mesmos percentuais para as duas carreiras, acrescida das classes de associado e especial nos termos atuais.

Mota disse que, no governo, “a idéia

da incorporação [das gratificações] não é tranquila, mas também não é impossível”, e ressaltou que qualquer negociação deve envolver o Ministério do Planejamento, que tem a palavra final na liberação de recursos financeiros. “Não estamos fugindo do papel de interlocutor entre o ANDES-SN e o governo, mas queremos negociar de forma unificada [com o Ministério do Planejamento] para pouparmos constrangimentos quando formos levar a proposta à área financeira do governo”, declarou o secretário.

O Presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, deixou claro que o Sindicato Nacional luta pela valorização real dos docentes, o que é viável por meio da reestruturação da carreira e da malha salarial.

Almir Serra Martins Filho, 3º Vice-Presidente do ANDES-SN, entregou ao ministro uma breve comparação entre os salários pagos aos professores universitários a outros servidores públicos federais, como delegado da Polícia Federal e juízes federais, cujas remunerações iniciais são de R\$ 880, R\$ 20,8 mil e R\$ 19,3, respectivamente. Ronaldo Mota disse que há uma preocupação com a desvalorização



salarial dos docentes no governo federal e uma disposição para melhorar a situação.

**Concurso Público:** Ronaldo Mota informou aos dirigentes do ANDES-SN que a maioria das vagas dos concursos públicos que serão realizados até o final do ano se destinam à área da educação. Segundo ele, serão contratados 2.871 professores. Desses, 888 preencherão vagas de aposentados. “Isso resolve plenamente a demanda de expansão para 2008”, afirmou. Ainda segundo ele, a

portaria que autoriza os concursos destina 10% do quadro de vagas para professores titulares. Além de Rizzo e Almir Martins Filho, participaram da reunião com o secretário a Diretora Regional Norte II, Socorro Aguiar, e o 2º Vice-Presidente do ANDES-SN, Agostinho Beghelli Filho. A Diretora do DEPEM (Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior), Iguatemi Maria de Lucena Martins, também participou da reunião.

FONTE: ANDES-SN



## 52º CONAD discutirá a construção da unidade da classe trabalhadora

**“Em defesa da educação pública: construir a unidade, resistir e avançar a luta”**

Este é o tema central do 52º CONAD do ANDES, que acontecerá no período de 26 a 29 de julho de 2007, em São Luís (MA). Durante o 52º CONAD, delegados e observadores das seções sindicais da base do ANDES-SN discutirão e atualizarão o plano de lutas da categoria, assim como irão avaliar o movimento docente e a conjuntura política, além de questões organizativas do Sindicato Nacional. Na página da ADUR-RJ, já está disponível o texto da Diretoria do

ANDES-SN, contendo o balanço dos resultados de sua agenda de lutas para subsidiar as discussões no 52º CONAD. Acesse [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br).

Em nosso site, você também poderá encontrar o Caderno de Textos do evento, onde destacamos o Texto-Resolução (TR) nº 19, de autoria dos professores Frederico José Falcão e Celia Otranto, filiados da ADUR-RJ. O texto em questão chama-se “*Alteração de norma estatutária sobre a realização dos CONAD*” e foi escrito conjuntamente com docentes de outros sindicatos.

## Veja os principais pontos da tabela proposta pelo ANDES-SN ao MEC

1. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995.
2. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.
3. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.
4. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;
5. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.
6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
7. Incorporação da VPI – (Vantagem Pecuniária Individual).

Acesse o site da ADUR-RJ e confira a tabela do ANDES-SN na íntegra: [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)

# ANDES-SN discute as novas faces da reforma universitária e ADUR-RJ envia representante para o debate, em Brasília

O ANDES-SN e a ADUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília) organizaram o seminário “As novas faces da reforma universitária”, nos dias 14 e 15, na UnB/Brasília.

As palestras abordaram temas como Universidade Nova, REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Professor Equivalente, Educação a distância e o IFET (Instituições Federais de Educação Tecnológica). Os presentes discutiram ainda sobre a autonomia e o financiamento da educação superior.

Representantes do ANDES-SN e da ADUnB, do Ministério da Educação e da ANDIFES foram os palestrantes do evento. O Prof. Delson Lima Filho, Diretor da ADUR-RJ, representou a Associação durante os dois dias de atividades.

**Universidade Nova, Reuni e Professor Equivalente: críticas às metas do governo, que aprofundam a precarização das condições de trabalho**

As últimas propostas do governo para a educação superior – Reuni e Professor Equivalente – foram o tema da primeira mesa de debates.

Os trabalhos foram coordenados pela Profª. Raquel Nunes (Adunb), compondo a mesa: o Presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, e Ieda Diniz, representante do Secretário do MEC, Ronaldo Mota, que não pode participar dos debates.

Os palestrantes apresentaram opiniões divergentes sobre o Reuni, cujas principais metas, impostas pelo governo via Decreto nº 6096/07, são: a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação de 60% para 90% e a elevação da média de alunos por professor - de 9,8 para 18.

De acordo com o Presidente do ANDES-SN, a própria proposta do governo, por meio do Reuni, reafirma as carências das Universidades brasileiras, mas há muito não existe investimento suficiente para suprir as demandas das instituições já existentes.

Para o presidente do ANDES-SN, a proposta do governo parte do princípio

de que existem professores e instalações ociosas nas Universidades. Tal afirmativa é leviana, pois faz muito tempo que o ANDES-SN reivindica a realização de concursos públicos que possam suprir a carência de docentes nas IES (Instituições de Ensino Superior), destacando sua preocupação com as formas precarizadas de trabalho desta categoria. Paulo Rizzo disse ainda que os professores estão cada vez mais sobrecarregados de trabalho e são poucos os que refletem sobre as reais funções como educador.

Além disso, o presidente do ANDES-SN alertou que a proposta do Reuni prevê um “incentivo” de até 20% às IFES que aderirem a um plano de expansão, conforme expressa o parágrafo primeiro do 3º artigo do Decreto nº 6096/07: “o acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º”.

Paulo Rizzo alertou que cada Universidade tem autonomia para decidir se vai ou não adotar o Reuni. Porém, o presidente do ANDES-SN questionou: como expandir se o orçamento das IES não cobre os gastos com as demandas já existentes? O “incentivo” de até 20% será recebido pelas IFES que optarem por um plano de expansão. Mas será que há condições econômicas e estruturais para levar adiante a expansão da Universidade pública, se as instituições existentes ainda necessitam de investimentos?

Segundo Rizzo, as metas do Plano Nacional de Educação do governo são fictícias porque é preciso haver maior dotação orçamentária que se destine à educação. Paulo Rizzo também criticou o fato de o governo afirmar que respeita a autonomia das Universidades, mas, ao mesmo tempo, publicar decretos, sem promover qualquer discussão com a sociedade. “A Reforma Universitária tem sido uma imposição do governo, por meio de medidas arbitrárias, sem atender às reivindicações de grande parte do movimento docente”, disse.

Ieda Diniz, representante do MEC, defendeu o Reuni e a Portaria Normativa que institui o Professor Equivalente, dizendo que ambos respeitam a autonomia da Universidade. Ela afirmou que por meio

“A Reforma Universitária tem sido uma imposição do governo, por meio de medidas arbitrárias, sem atender às reivindicações de grande parte do movimento docente”.

Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN.



do Professor Equivalente, a IES poderia contratar quem ela quisesse, sendo este o limitado entendimento do MEC do é a autonomia universitária.

“Cada instituição adotará formas para se reestruturar e se expandir. O Ministério não tem nenhum modelo para essa expansão. Cada instituição vai procurar a sua produção interna acadêmica para participar do projeto, cada uma no seu tempo, no modelo que julgar mais conveniente para a sua realidade. O que nós estamos fazendo é um detalhamento para orientar as universidades a inserirem os seus programas de uma forma a atingirem, minimamente, as diretrizes e as metas do decreto. Esses projetos devem ser aprovados, obrigatoriamente, pelos conselhos superiores e devem também apresentar cronogramas de execução. Faremos o acompanhamento, por meio de mecanismos que o ministério já possui”, disse Ieda. Anunciou ainda que a expectativa do MEC é começar a receber, a partir de setembro, os projetos das universidades para reestruturação interna.

A representante do MEC também afirmou que a Universidade Nova, apresentada pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), é apenas uma possibilidade. De acordo com Ieda Diniz, “a Reforma Universitária foi o atendimento do Governo às solicitações dos dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES). Trabalhamos com a proposta da ANDIFES”, disse.



O presidente da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Arquimedes Ciloni, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia defendeu o atual governo federal, dizendo que ainda acredita nas propostas de Lula da Silva.

Arquimedes contou que, em 2003, a ANDIFES apresentou ao governo uma proposta de Reforma Universitária, sendo esta modificada pela Casa Civil. “Este projeto não é mais o original, estando hoje na mesa do Deputado Arlindo Chinaglia.

O projeto da ANDIFES tem propostas claras para uma Reforma Universitária, e ressaltou sete pontos: autonomia, gerenciamento, gestão e estrutura, acesso e permanência, programas e conteúdos, avaliação. E o nosso último quesito reúne todos os outros, no cerne do debate sobre a Reforma Universitária”, disse Arquimedes Ciloni.

Ele concordou com Paulo Rizzo e afirmou que vai provar ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, que a proporção de 18 estudantes para cada docente é inatingível sob as atuais condições da Universidade.

O presidente da ANDIFES fez um relato sobre a relação professor/aluno em diversas universidades europeias, mostrando que em nenhuma delas há um índice tão alto como este proposto pelo governo. Arquimedes Ciloni observou, por exemplo, que na região Sudeste, onde está concentrado o maior número dos cursos de pós-graduação do país, a relação é de 9,8 professores para cada estudante.

**CONTRA O REUNI. PELO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE.**

ADUR INFORMA PÁGINA 5

## Educação a distância e IFET também foram debatidos durante o Seminário

Outro tema controverso para a política educacional brasileira, e que tem sido muito criticado pelo movimento docente é a Educação a Distância (EAD), que obteve espaço privilegiado para o debate durante o Seminário.

Segundo a palestrante Ceres Torres (Universidade Federal de Pelotas), a maioria dos cursos de EAD não dispõe de aparelhos digitais e dos recursos tecnológicos necessários para atender aos alunos com qualidade.

Além disso, o EAD não atende as dimensões sociais e afetivas e promove “uma corrosão do caráter educativo”, como disse a pesquisadora. Outro argumento apresentado contra o EAD é o fato de as empresas internacionais venderem tecnologia para as empresas nacionais. Elas vêm na América Latina um mercado em potencial expansão.

Os presentes também discutiram sobre o IFET e a organização superior, assim como debateram sobre a autonomia universitária e o financiamento.

Quanto as Instituições Federais de Educação Tecnológica, ficou claro que este é o modelo educacional que tem sido estimulado pelo MEC, que deseja que o IFET seja um sistema de ensino preparatório para professores e alunos, de acordo com a lógica pasteurizada do mercado. Pela proposta do Ministério da Educação, os professores do futuro seriam formados pelos IFET e não mais pela Universidade, garantindo assim, o cerceamento do espírito crítico e contestador dos docentes e dos alunos.

Os participantes demonstraram bastante preocupação com o rumo que o MEC tem adotado para traçar as diretrizes da educação brasileira, reforçando a necessidade de intensificar ainda mais a mobilização contra a Reforma do Ensino Superior.

FONTE: Com informações do ANDES-SN

ADUR INFORMA PÁGINA 6

## Assembléia da ADUR-RJ debate mobilização na Rural e elege delegados para o 52° Conad

Em 6 de junho, a ADUR-RJ realizou uma Assembléia, para discutir os seguintes pontos de pauta: 1) Avaliação da conjuntura nacional; 2) Eleição de Delegados para o 52° CONAD e 3) Assuntos Gerais.

A reunião foi presidida pela Profa. Lenir Furtado e secretariada pela Profa. Celia Regina Otranto.

Inicialmente, a Profa. Lenir informou sobre a reunião do Setor das IFES e a Plenária dos SPF, ocorridas em junho. Em seguida, a Profa. Celia Regina Otranto relatou que esteve em São Paulo, em uma reunião do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN), quando foram discutidos os últimos documentos elaborados pelo governo federal, que interferem na educação superior. Disse que o Decreto nº 6096/07 e a Portaria Normativa nº 22 – que determinam, respectivamente, o Reuni e o Professor

Equivalente – devem ser analisados de forma complementares. Ela também expressou preocupação com a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação de Educação Tecnológica (IFET), por meio do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.

Em seguida, houve uma análise das atividades de Mobilização do último dia 23 de maio, na UFRRJ. Os presentes relataram que o clima na Universidade é de desmobilização, afirmando ser preciso pensar em novas estratégias para sensibilizar os docentes de que a ameaça às IES (Instituições de Ensino Superior) é séria.

A Diretoria da ADUR-RJ encaminhou a proposta de realização de um seminário, ou uma mesa redonda, onde os palestrantes pudessem expor diferentes pontos de vista sobre o Reuni e o Professor Equivalente. A idéia foi aprovada, mas a Assembléia deliberou

que, primeiramente, a Diretoria da ADUR-RJ convocasse uma reunião com o Conselho de Representantes, para que, juntos, pensassem na melhor forma de conduzir o debate sobre o tema na UFRRJ.

Em seguida, a Profa. Lenir Furtado informou que a Administração Superior da Rural propôs à ADUR-RJ, ao SINTUR e ao DCE, a criação de um Fórum de discussão, para que os três segmentos pudessem avaliar os principais problemas da Universidade. Como este item não era ponto de pauta, os presentes deliberaram que ele fosse discutido em outra Assembléia.

Posteriormente, foram eleitos os representantes da ADUR-RJ no 52° CONAD, que acontecerá no Maranhão, em julho. São eles: Profa. Lenir Furtado, Profa. Celia Regina Otranto, Prof. Orlando Marques da Costa e Prof. Luis Mauro Magalhães.

## ADUR-RJ e Conselho de Representantes participam de reunião e constroem estratégias de mobilização na UFRRJ

No dia 20 de junho, o Conselho de Representantes da ADUR-RJ reuniu-se na sede do Sindicato para discutir, conforme deliberações da última Assembléia, as estratégias de mobilização na Rural, para informar a comunidade sobre as recentes medidas do governo Lula, que atingem a Universidade: os Decretos que instituem o IFET (nº 6095/07), o Reuni (nº 6096/07), e a Portaria Normativa que cria o Professor Equivalente.

Inicialmente, o Prof. Delson Lima Filho prestou informes sobre a sua participação em um Seminário que discutiu a Reforma Universitária, promovido pelo ANDES-SN e pela Associação de Docentes da Universidade de Brasília (Adunb). De acordo com o diretor da ADUR-RJ, o evento foi profícuo, já que os palestrantes apresentaram considerações fundamentadas sobre a Reforma Universitária, abordando temas como o IFET, o Reuni, o Professor Equivalente, o Ensino a Distância e o estreitamento da relação entre as empresas e os cursos universitários, por meio da Parceria Público-Privada.

Após os informes, os Conselheiros elaboraram um calendário de atividades de mobilização na Rural. A ADUR-RJ irá elaborar um panfleto, pretendendo instigar a comunidade para o debate sobre a Reforma Universitária, que será realizado dia 11 de julho, às 9h, no Gustavão. Os estudantes e os técnico-administrativos da Rural serão convidados para o evento, que contará com palestrantes para debaterem sobre o tema. Depois, ocorrerão reuniões setoriais, nos Institutos da Rural, com o objetivo de ampliar ainda mais a discussão sobre o assunto na Universidade.



## Após ocupação da Reitoria, estudantes da UFRJ conseguem o adiamento da decisão sobre o Reuni para o segundo semestre

Em uma audiência pública, realizada no dia 15 de junho, o movimento estudantil da UFRJ conseguiu o compromisso da reitoria de não haver votação sobre o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) antes que sejam realizados debates oficiais com a participação de toda a comunidade. Esses eventos devem acontecer até o segundo semestre.

Depois de 24 horas acampados no hall da reitoria, ao lado da sala do Conselho Universitário, os 150 estudantes ocupados deixaram claro que a resposta da administração foi uma vitória do movimento estudantil autônomo na luta contra a reforma universitária do governo Lula.

Em nome dos estudantes ocupados, Bernardo Lima, do curso de História, deixou claro que a manifestação foi um repúdio ao Reuni, mas que o movimento estudantil entende que a comunidade universitária deveria ter a chance de participar de amplos debates, garantidos pela própria reitoria, para que fosse esclarecida das conseqüências da reforma imposta pelo governo por decreto.

“Também não defendemos a universidade como está, muito menos como os conservadores que a querem para poucos. Também não é proposta do movimento estudantil impor a não adesão ao Reuni sem discussão. Por isso a proposta do ciclo de debates”, disse o estudante.

FONTE: site da ADURRJ

## Calendário nacional do ANDES-SN



\*30/6: Abertura do 1º Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN – Gestão 2006/2008

\*30/6: Reunião do Setor das IFES do ANDES-SN

\*30/06 e 1/7: Reunião do GTPA&MA do ANDES-SN

\*07 e 08/7 Reunião do GTPFS do ANDES-SN

\*09 a 12/7: Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN com o tema “Educação, Ciência e Tecnologia: investidas mercantilistas em debate”.

\*13/7: Reunião do GTC&T do ANDES-SN

\*26 a 29/7: 52º CONAD do ANDES-SN com o tema central: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, CONSTRUIR A UNIDADE, RESISTIR E AVANÇAR A LUTA.

## Informe do Jurídico

*Professor, veja se o seu nome consta na lista\* dos docentes que já tiveram, segundo o advogado da Associação, a liberação do valor referente às ações de 3,17% pela Caixa Econômica Federal. Caso seja um dos contemplados e deseje saber a quantia a que tem direito, por favor, compareça a ADUR-RJ.*



ANGELAMARIAMENDESALMEIDA

CARLOSALBERTOG.DACRUZ

CARLOS WILSON GOMES LOPES

EDNADAS GRAÇAS A. FREITAS

EDSON ASSIS MENDES

ELZAMACHADO MENEZES

FLAVIORIBEIRO TEIXEIRA

FRANCISCO RACCA FILHO

GENI APARECIDA SILVA

GLORIA MARIA DIREITO

JOANES DE OLIVEIRA DIAS

JOÃO BARRETO PINTO

JOÃO IRINEU WITTMANN

JORGE LUIZ PIMENTA MELLO

LUIZ ANTONIO PEREIRA

LUIZ FLAVIO DE CARVALHO COSTA

LUCIA HELENAC DOS ANJOS

MARIANGELA DA SILVA GUAJARA

MARTA FERNANDA A. DA SILVA

MAURO THADEU SILVA LUCCA

PAULO SERGIO TORRES BRIOSO

RENATO G. CASTANHEIRA

ROSANA PINHEIRO BOTELHO

SUELI PONTES DE FABIO

VIRGILIO ROMA DE OLIVEIRA FILHO

WILSON F. DE MENDONÇA FILHO

ZAIR CARLOS DE OLIVEIRA

ZELSON GIACOMO LOSS



## CEF e ADUR-RJ firmam convênio de prestação de serviços para seus filiados

Pelo convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a ADUR-RJ, os docentes associados poderão usufruir, na própria sede da Associação, dos serviços listados abaixo, dentre outros:

- \*Empréstimo com desconto em folha, a partir das menores taxas de juros;
- \*Renegociação de empréstimos bancários, com desconto em folha (“compra de dívida”);
- \*Abertura de conta corrente com cheque especial;
- \*Cartão de crédito;
- \*Seguro de automóvel;
- \*Financiamento de imóvel.

A Caixa Econômica Federal e a ADUR-RJ facilitam o acesso de seus filiados aos serviços de qualidade, destacando o atendimento diferenciado.

Para outras informações, compareça à sede da ADUR-RJ, ou telefone para a CEF: (21) 2682-1330.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

ADUR INFORMA PÁGINA 8



## Professor, garanta sua tranquilidade com o “S.O.S. Unimed”, por mais R\$3,80 mensais

Se você é associado à ADUR-RJ e filiado ao plano de saúde Unimed Costa Verde já pode adquirir o serviço “S.O.S. Unimed” por mais R\$3,80 mensais, por pessoa. Ele inclui: transporte aéreo, ambulância e atendimento em domicílio. Para outras informações, entre em contato com a ADUR-RJ.



### Assembléia com os filiados ao plano de saúde Unimed Costa Verde

**Dia 19 de julho, quinta-feira, às 9h, na Sala Multimídia**

As carteirinhas do plano de saúde Unimed estarão disponíveis na sede da ADUR-RJ a partir do dia 02 de julho, segunda-feira.

## Há mais vida numa vida com seguro.

### Faça agora SEGURO DE VIDA e AUTOMÓVEL

Consulte seu corretor na Associação

Atendimento:

(21) 3787-8464

0800 21 2468

www.assure.com.br

CONDIÇÕES ESPECIAIS

DESCONTOS DE ATÉ 30%



ADUR-RJ S. SIND.



Sua tranquilidade é nosso compromisso



SEGURO VIDA

SEGURO AUTO



